

Partido Operário Revolucionário

XVI Congresso

12 e 13 de fevereiro de 2022

Resoluções e Manifesto

**Viva a construção do partido
marxista-leninista-trotskista!**



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Índice

Apresentação	3
Resolução Internacional.....	9
Resolução Nacional.....	26
Resolução sobre a opressão racial na pandemia	48
Resolução sobre o avanço do agronegócio em Rondônia ..	52
Manifesto do XVI Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR)	55

Apresentação

Não é preciso insistir que o XVI Congresso do POR ocorreu no auge da crise na Ucrânia. Quando a Resolução Internacional foi redigida, no final dezembro, havia apenas o prenúncio de que as tendências de desintegração mundial do capitalismo estavam caminhando para grandes confrontos, mais definitivamente dos Estados Unidos com a China. É nesse marco que se agravou o choque entre os Estados Unidos e a Rússia, com a ocupação militar da Ucrânia, ordenada por Putin, em 24 de fevereiro.

A Resolução evidencia a escalada militar, encabeçada pelo imperialismo norte-americano, e impulsionada juntamente com a guerra comercial. No momento em que a pandemia se generalizou, a disputa dos monopólios pela vacina trouxe à luz do dia o quanto vinha acirrando-se o conflito dos Estados Unidos com a China, em torno ao comércio mundial, às fronteiras nacionais e, sobretudo, ao controle de Taiwan e Hong Kong. O armamento da Austrália, com navios nucleares, pelos Estados Unidos e Inglaterra, a despeito dos interesses da França, foi um ousado passo do imperialismo no sentido de reforçar o controle imperialista do Mar do Sul da China. Há algum tempo, os Estados Unidos vêm incentivando o rearmamento do Japão, voltado a cercear a projeção mundial da China.

Em 2014, eclodiu a crise na Ucrânia. A constituição de um governo pró-União Europeia aplainava o caminho para a OTAN se instalar em solo ucraniano, e, assim, quase fechar a “cortina de ferro” dos Estados Unidos e aliados europeus à Rússia. Nota-se que as forças do imperialismo caminhavam mais ostensivamente para limitar a capacidade mundial da China e a regional da Rússia. Essa limitação não poderia ser imposta apenas pelos meios da guerra comercial. Eram e são necessários os meios militares. Em 2014, os Estados Unidos impuseram sanções econômicas à Rússia, em resposta à anexação da Crimeia e ao apoio aos separatistas na região de Donbass. O acordo de Minsk, aparentemente, havia acomodado os interesses da Rússia e da Ucrânia. No entanto, o governo ucraniano continuou amarrado aos objetivos dos Estados Unidos de levar a OTAN às portas da Rússia.

Na forma de teses, que vão dos pontos 12 ao 20, da Resolução Internacional, o XVI Congresso assentou as bases para que o POR se posicionasse, firme e corretamente, diante das manifestações da guerra comercial, das tendências bélicas e da guerra na Ucrânia. O leitor verá que, de conjunto, do ponto 12 ao 20, tem-se uma unidade analítica e programática, expressão da aplicação do marxismo nas condições de desintegração do capitalismo em sua fase última, que é a do imperialismo. E se se analisar a Resolução como um todo, constituída de 31 pontos, se encontrará o fundamento do materialismo histórico, que os ampara.

Sem perder de vista as teses em sua totalidade, o leitor verá a importância estratégica das teses 12 e 13. Por elas, o POR vem se guiando no mar de contradições da guerra na Ucrânia. Mar revolto que tem despedaçado as correntes de esquerda, que se vestem de marxistas. A tese 12 reconhece o esgotamento do processo de abertura da China à penetração do capital monopolista e financeiro, iniciado nos anos de 1970, dando lugar à renhida guerra comercial e mudança nas relações em certa medida pacíficas para belicosas.

O imperialismo exige da China que abandone a centralização do processo de restauração e se subordine às diretrizes mundiais dos Estados Unidos, em função dos impasses do capitalismo, que se ergueram e se fortaleceram depois da

crise de 2008-2009. O mesmo ocorre em relação à Rússia. A passagem de uma convivência mais ou menos pacífica para uma abertamente militarista reflete uma mudança qualitativa na situação mundial. A guerra na Ucrânia emerge como uma ruptura nas relações estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial e a liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O ponto 13 da Resolução Internacional tem a particularidade de assinalar também uma mudança de qualidade, que foi a destruição da URSS. Eis a tese: “O desmoronamento da União Soviética, em 1991, representou uma vitória final do imperialismo sobre as mais avançadas conquistas do proletariado russo e mundial.” Como dissemos, a Resolução foi redigida antes que o deslocamento de tropas russas para a fronteira com a Ucrânia se convertesse em guerra de ocupação. A tese 13, portanto, estava voltada a indicar que a derrocada da URSS fragilizava a China, diante dos Estados Unidos. Eis por que conclui: “Agora, se fala em uma nova “Guerra Fria”, não mais entre as potências capitalistas e a União Soviética, mas entre os Estados Unidos e a China, que se encontra em avançado estágio de restauração.”

Essa tese, por ser estratégica, acabou guiando as respostas do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), do qual o POR é uma de suas seções, diante da guerra na Ucrânia. Concebida na forma de síntese, como se caracteriza qualquer tese política, a URSS foi uma criação da Revolução de Outubro de 1917, abriu o período de transição do capitalismo ao socialismo e passou a ser um instrumento da luta proletária pela revolução mundial. Em sua base, encontrava-se a propriedade social dos meios de produção. Assentada sobre ela, erguia-se a organização soviética e, em seu cume, o Estado Operário, regido pela ditadura do proletariado e pela democracia soviética. A III Internacional se formou como um pilar da luta mundial pelo comunismo. Essas conquistas foram sendo minadas pelo processo de burocratização estalinista e pelas forças internas e externas restauracionistas, e, finalmente, se desmoronaram, interrompendo a transição do capitalismo ao socialismo, e dando lugar a uma nova etapa de restauração capitalista, sob o comando de uma

oligarquia burguesa mais bem constituída e definida.

A Rússia se fragilizou com a dispersão das quinze ex-repúblicas soviéticas, que foram sendo atraídas e incorporadas na órbita da União Europeia e dos Estados Unidos. A OTAN, já instalada nas ex-repúblicas populares, como Polônia, Romênia, etc., subordinou as ex-repúblicas dos Balcãs e caminhava em direção à Ucrânia e Geórgia, quando o governo russo se viu na contingência de se contrapor militarmente ao cerco imperialista, ocupando a Ucrânia. O movimento de autodefesa, desencadeado por Putin, porém, se realiza por meio da opressão nacional, a ponto de recorrer à guerra de ocupação e às anexações.

A classe operária russa, ucraniana, polonesa, enfim, a europeia, está completamente à margem da guerra. O que evidencia a profunda e trágica crise de direção revolucionária. Não é possível, portanto, a Rússia impor-se diante dos Estados Unidos e da frente ampla do imperialismo, oprimindo as repúblicas que se desprenderam da URSS. As ex-repúblicas foram tomadas pelo processo de restauração capitalista, conduzidas pela oligarquia restauracionista, carregadas de ódio nacional e envoltas pelo nacionalismo pequeno-burguês e burguês.

A situação de paralisia do movimento operário não deve ser desconhecido, uma vez que a tarefa revolucionária é a de justamente encontrar o caminho por meio do qual se levantará contra a ofensiva dos Estados Unidos e a guerra reacionária. Qualificamos de reacionária, porque somente seria progressiva e revolucionária se expressasse o levante da nação oprimida contra a nação opressora, e expressasse a luta proletária pela autodeterminação das nações oprimidas. Essa orientação se baseia nas formulações programáticas do marxismo-leninismo-trotskismo e no reconhecimento de que a destruição da URSS interrompeu a transição do capitalismo ao socialismo.

O retrocesso e o atraso na luta do proletariado contra a burguesia de seus países e a burguesia mundial deixam um vasto campo aberto para a guerra comercial se transformar em confrontos bélicos. Sem o Partido Mundial da Revolução Socialista e sem os partidos marxistas implantados no prole-

tariado, a burguesia decrepita empurra mais e mais a humanidade à barbárie.

Esta publicação traz também a Resolução Nacional, acompanhada de duas resoluções específicas, uma sobre a opressão racial durante a pandemia, outra sobre o avanço do agrogócio em Rondônia e, conseqüentemente, a violenta luta de classes. Cabe apenas, como comentário final, afirmar que a Resolução Nacional expressou a sólida linha desenvolvida pelo POR, durante dois anos de pandemia, que ainda continua tirando a vida de centenas de brasileiros, entre eles os mais pobres e miseráveis. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de fortalecer a construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Atilio de Castro, 8 de março de 2022

Resolução Internacional

1. A situação mundial, evidentemente, está marcada por dois anos de pandemia. Tudo indica que, por algum tempo – ainda imprevisível –, será um fator de crise econômica e social. Há que se ter claro, no entanto, que a Pandemia foi apenas um indutor do processo de destruição de forças produtivas. As potências não conseguiram reerguer a economia, após a hecatombe de 2007-2008, apesar de uma trilionária intervenção dos seus Bancos Centrais.
2. Ressalta o fato de as burguesias, principalmente as das potências, se mostrarem incapazes de proteger as massas completamente indefesas. A morte de mais de 5,5 milhões de pessoas, em pouco tempo – a maioria de trabalhadores, pobres e miseráveis –, traz à memória o morticínio das duas guerras mundiais. A incapacidade de combater o flagelo se deve aos interesses econômicos, e não à falta de recursos materiais e científicos.
3. Medidas como isolamento social, máscaras, ampliação da capacidade hospitalar, etc. se mostraram limitadas. Os especialistas e laboratórios sabiam que somente a vacina poderia ser mais assertiva. O que dependia de um punhado de multinacionais. A imunização, portanto, se iniciou nas potências. No restante do mundo, tardou e foi

lenta. Inúmeros países sem recursos ficaram a descoberto. O domínio monopolista se levantou como um obstáculo à imunização universal, agravado pelo atraso econômico e pobreza das massas, que caracterizam a maioria dos países semicoloniais.

4. Diante de um imenso mercado, os monopólios farmacêuticos passaram à corrida científica e à guerra comercial. Os Estados Unidos, aliados à Inglaterra, se ergueram como rivais, principalmente, da China e Rússia. A Pfizer acabou por tomar a frente e se impor, em detrimento da Coronavac e demais vacinas. A guerra comercial dos imunizantes, na realidade, emergiu nas condições de agravamento da guerra comercial, que se pontenciou, a partir da crise de 2008. O confronto entre Estados Unidos e China vem determinando o curso da crise mundial do capitalismo.
5. A contaminação rápida por uma nova variante do Covid-19, Ômicron, na África do Sul, chegou à Europa e Estados Unidos, mostrando que a Pandemia não respeita fronteiras. Não há como isolar o vírus e controlá-lo, a despeito do continente africano, que teve apenas 7% de sua população vacinada. Na América Latina e Ásia, inúmeros países tiveram acesso ultralimitado ao imunizante. No interior dos países, sejam desenvolvidos, sejam atrasados, a burguesia e as camadas altas da classe média foram mais protegidas, enquanto os pobres e miseráveis pagavam o maior preço. É o que se passou e se passa entre as potências imperialistas e o restante do mundo. Essa é a face mais definida da barbárie social.
6. A Organização Mundial da Saúde (OMS) formalmente assumiu o comando do combate à Pandemia. Logo de início foi relegada por Trump. No essencial, não mudou com Biden. O objetivo de promover a vacinação nos países mais pobres, com o consórcio Covaxin, naufragou. Os monopólios impuseram suas condições comerciais e geopolíticas. Os governos das potências estocaram o precioso produto. Não cumpriram as metas de “doações” com a OMS. O poder econômico e a guerra comercial se sobrepuseram às massas e aos países subordinados.

7. Os governantes, em sua maioria, procuraram seguir as diretrizes da OMS. Porém, as implicações econômico-sociais do isolamento social pesariam distintamente. A tese do mal menor não foi pacífica entre a burguesia. Os seus negócios não poderiam ser severamente prejudicados, em favor da proteção dos trabalhadores. Mas, enquanto a vacina não estivesse disponível, os governantes de todo o mundo – executivos, partidos, legislativos, judiciários, etc. –, se debateriam em torno à política burguesa do isolamento social. Os dramas nos marcos das fronteiras nacionais cabiam a cada um arcar. Por cima das fronteiras, porém, se desenvolvia a guerra comercial. A nacionalização das catástrofes mundiais é a forma do imperialismo descarregá-las sobre os países atrasados e, especialmente, sobre os mais débeis.
8. Sob o domínio imperialista, dos interesses dos monopólios e do capital financeiro, sobretudo, uma doença mundializada, e tão devastadora da vida humana, desarranjaria as economias nacionais, e derrubaria a economia internacional. A derrocada no primeiro ano da crise sanitária, 2020, foi mais ampla e profunda que a da recessão de 2009. O comércio mundial despencou a menos 7,6%, e o PIB, menos 4,3%. Assim, a população pobre e miserável se viu diante da Pandemia descontrolada, da crescente pilha de mortos, da destruição maciça de postos de trabalho, do salto adiante no desemprego, e do agigantamento da informalidade. A combinação da crise sanitária com a crise econômica arrastou parte significativa dos explorados para o precipício, ao que somente se depararam na situação de guerra mundial.
9. A recuperação geral em 2021, estimada em uma média de 5,6%, puxada pelas potências, tendo os Estados Unidos à frente, mal cobriu as perdas do ano anterior. O Banco Mundial estima que, em 2022 e 2023, será respectivamente de 4,3% e 3,2%. E a América Latina e Caribe, 2,9% e 2,3%. A tendência à queda do crescimento e à estagnação mundial, bem como ao aumento da desigualdade entre as economias, alertam para o fato da pequena recuperação dos empregos perdidos não compensar a des-

truição maciça de postos de trabalho, em 2020. Há ainda o agravante de que os empregos repostos em 2021, em grande parte, se deram na condição de informalidade. A desvalorização do preço da força de trabalho, a informalização das relações trabalhistas e o inchaço do exército de desempregados foram o saldo desse período de pandemia. Mas, não se deve deixar enganar pelas aparências do fenômeno. A crise sanitária mundial tão somente impulsionou e potencializou a tendência latente, que vem se impondo desde 2008.

10. Ressalta o avanço da concentração de riqueza. Estudos sobre o “aumento da desigualdade” concluem que, com a Pandemia, a tendência de polarização entre riqueza e pobreza, verificada desde 1980, avançou em grande escala. “Os 10% mais poderosos já possuem três quartos de todo o patrimônio mundial”. Enquanto os 0,001% mais rico da população teve suas riquezas acrescidas de 14%, nas condições da crise sanitária, 100 milhões a mais de trabalhadores foram empurrados para a pobreza extrema, elevando a miséria e a fome para o número astronômico de 771 milhões de seres humanos. A constatação de que a concentração de riqueza alcançou uma dimensão perigosa para o funcionamento do capitalismo não faz senão confirmar a lei econômica da acumulação de capital, em contradição com as necessidades mais elementares da maioria oprimida. As forças produtivas, altamente desenvolvidas e controladas por um punhado de potências, se chocam com as relações capitalistas de produção e com as fronteiras nacionais, convertendo-se em crise estrutural e potenciação da barbárie social.
11. O capitalismo em decomposição agiganta o parasitismo financeiro. A utilização de trilhões de dólares emitidos pelo Tesouro Nacional e Banco Central das potências, prática impulsionada pelos Estados Unidos, tornou-se corriqueira, diante das crises generalizadas. Assim se passou, diante da quebradeira de 2008-2009, e se repetiu em 2020. Salvam-se bancos, protegem-se grupos de investimento, e socorrem-se multinacionais, à custa do aumento das dívidas públicas, que acabam desabando

sobre as economias mais débeis e as massas mundiais. Por essa via, as potências têm evitado que a bancarrota atingisse o sistema financeiro mundial, e adiado uma hecatombe econômica sem paralelo, no capitalismo da época imperialista. No momento em que trilhões são emitidos, reanima-se a economia das potências, o que se reflete em maior ou menor grau em toda a parte, mas, em seguida, voltam a imperar as tendências à queda, estagnação e recessão.

12. A guerra comercial com a China foi decretada unilateralmente por Trump. A interdependência entre as duas economias serviu aos interesses dos Estados Unidos, na medida em que impulsionava a restauração capitalista, favorecia a penetração das multinacionais, e dinamizava a economia mundial. A crise de 2008 assinalou uma mudança nessa relação, com a evidência do declínio norte-americano e ascensão chinesa. O conflito tarifário, entre 2017 e 2020, ocorreu nas condições gerais de esgotamento da partilha do mundo do pós-guerra, e do estreitamento do processo de restauração capitalista, impulsionado desde o final de 1970. O alto crescimento tecnificado da China, sob a condução de um capitalismo de Estado, acabaria por se chocar com os Estados Unidos e demais potências, na medida em que se expandisse internacionalmente. Biden não teve outra via a não ser a traçada por Trump. A Pandemia e a guerra das vacinas apenas evidenciaram os perigos da rota de colisão.
13. O desmoronamento da União Soviética, em 1991, representou uma vitória final do imperialismo sobre as mais avançadas conquistas históricas do proletariado russo e mundial. Seus reflexos restauracionistas na China seriam inevitáveis. Eis por que os Estados Unidos anunciaram o fim da “Guerra Fria”, lançada sob a “Doutrina Truman”, em 1947. O Plano Marshall, de 1948, se encarregaria de reerguer a Europa imperialista, e entregar a condução da política mundial aos Estados Unidos, o grande vencedor da Segunda Guerra. O experimento nuclear das Forças Armadas norte-americanas contra o Japão estabeleceu um novo marco da corrida armamentista, sob a “Doutri-

na Truman” e o “Plano Marshall”. O estilhaçamento e desaparecimento da União Soviética serviram à política de “paz” do imperialismo, que correspondia à contenção dos movimentos revolucionários e ao desarmamento dos adversários. Agora, se fala em uma nova “Guerra Fria”, não mais entre as potências capitalistas e a União Soviética, mas entre os Estados Unidos e a China, que se encontra em avançado estágio de restauração.

14. O programa AUKUS, promovido pelos Estados Unidos com a Inglaterra e Austrália, a despeito da França, ocorre na situação de agravamento da crise mundial e da polarização que vem se formando sob a pressão norte-americana. O acordo prevê a construção de submarinos nucleares, que tornará a Austrália em um escudo dos Estados Unidos e Inglaterra. Um pacto militar dessa natureza, para conter o poderio da China no Indo-Pacífico, reflete as tendências bélicas mais profundas do imperialismo, que emergem nos marcos dos impasses da economia mundial e do declínio da hegemonia dos Estados Unidos. A potenciação militar da China, com armamentos sofisticados, incluindo nucleares, está muito aquém do aparato norte-americano. Mas, tem sido suficiente para ameaçar a influência do imperialismo sobre Hong Kong e Taiwan, e se impor no Mar do Sul da China. A projeção mundial da China, que serve a interesses das multinacionais norte-americanas e europeias, não tem como superar o controle mundial exercido pelos Estados Unidos. Ergue-se como obstáculo às potências, na condição de capitalismo de Estado – administrado pela burocracia do PCCH e fora de controle do imperialismo – e como força econômica em expansão.
15. A retirada dos Estados Unidos do Afeganistão não se deveu a uma fraqueza militar. Não corresponde a uma simples derrota diante da resistência dos Talibãs, do Estado Islâmico, etc. O longo período de intervenção não foi suficiente para construir um poder de setores feudal-burgueses que tomassem conta do país. As intervenções militares concomitantes, por sua vez, para esmagar o movimento jihadista do Estado Islâmico no Oriente Mé-

dio, e manter o cerco ao Irã consumiram energia e enorme recurso do Tesouro Nacional. O objetivo de esmagar a Al-Qeda e o Estado Islâmico foi cumprido até onde era possível. O resultado final da destruição do Iraque não serviu para os Estados Unidos estabilizarem a região, e aumentarem o poder do Estado de Israel. O imperialismo mais poderoso teve de admitir a influência da Rússia na Síria, depois de ter perdido a Ucrânia. A instabilidade em toda a região permanece. De forma que se tornou desfavorável prolongar a estratégia intervencionista no Oriente Médio, depois de derrotar o Estado Islâmico. Trump começou a virada para a Ásia, região em que a China arquitetou a ambiciosa Rota da Seda, e objetiva se fortalecer, em contraposição às pressões econômicas e militares dos Estados Unidos. O pacto militar AUKUS segue cálculos não apenas comerciais – a França perdeu contratos bilionários da indústria bélica com a Austrália –, mas fundamentalmente militares.

16. Mudanças tecnológicas e fontes de matérias-primas reforçam os conflitos em torno à guerra comercial. Ocorre uma movimentação de capitais para áreas da produção que incorporam mudanças tecnológicas e matrizes energéticas. As implicações militares vão, desde a indústria armamentista, às de bens de produção e de consumo. Os Estados Unidos não podem admitir que a China tome a dianteira em atividades que envolvem a “inteligência artificial”. A ultra concentração monopolista da produção de chips semicondutores vem polarizando as relações mundiais, marcadas pelas inovações no processo de automação da produção industrial. As disputas pelo controle tecnológico e de mercado pela 5G e inteligência artificial chegaram ao ponto de o governo norte-americano orientar a empresa TSMC, a mais poderosa do ramo de semicondutores, a bloquear relações com empresas chinesas correlatas, como Huawei, ZTE, etc. E agir no sentido de criar um cinturão de contenção internacional ao avanço tecnológico dos chineses. A questão do controle de Taiwan está envolvida nesse emaranhado. O imperialismo pressiona para que a TSMC taiwanesa concentre

toda sua atividade industrial nos Estados Unidos, para isso está disponível uma fábula de subsídios; e a ASML holandesa se une com a TSMC, para fechar o cerco. É nessas condições de jogo pesado da maior potência contra o desenvolvimento tecnológico chinês que se configurou a crise dos chips. A amplitude e o desenvolvimento dessa disputa potencializam as tendências bélicas.

17. Biden não tem como voltar ao “multilateralismo” de Obama, questionado por Trump. Ao movimentar o poderio norte-americano contra o “expansionismo chinês”, contraria interesses das potências europeias, que não conseguiram evitar a ruptura da Inglaterra com a União Europeia. A decisão unilateral de Trump-Biden, de se retirar do Afeganistão e o recente pacto militar do AUKUS, foram dois acontecimentos que expuseram a disposição da potência norte-americana, de não se ater a limitações europeias à estratégia de confronto com a China e, em certa medida, com a Rússia, que se esforça por não perder ainda mais sua capacidade de potência regional.
18. Os reflexos da guerra comercial e da renhida ofensiva norte-americana pelo controle da indústria de “inteligência artificial” e “sistema integrado” compõem na forma de bloqueios e imposições, que atingem as forças produtivas mundiais. O grande capital se bate por explorar as denominadas fontes de energia renováveis e descarbonizadas. Não há, porém, como reverter o processo histórico, típico da fase imperialista, de reduzir o peso da indústria interna, e aumentar o do capital financeiro. É o que se passa em todas as potências. A China se industrializou, impulsionando a restauração, sob a forma de capitalismo de Estado. Serviu de válvula de escape à crise dos anos 1970 e 1980, favorecendo as multinacionais com uma gigantesca força de trabalho barata e qualificada. Mas se tornou um rival dos Estados Unidos, por manter sua independência, e resistir em ceder a soberania.
19. Nessas condições, a Cop-26 foi montada como uma tribuna para o imperialismo condenar o “modelo” de desenvolvimento chinês, e responsabilizar os países semicoloniais pelo desmatamento, principalmente o Brasil com

a sua Amazônia. A caricatura do “multilateralismo” de Biden não fez senão revelar os interesses do imperialismo norte-americano em detrimento da maioria dos países semicoloniais. Essa via, traçada pelos Estados Unidos, resulta em maior bloqueio das forças produtivas e maior desintegração do capitalismo mundial.

20. Em seguida à Cop-26, Biden realizou a “Cúpula pela Democracia”. O objetivo foi o de promover uma frente de países contra a China e a Rússia. Essa investida, mascarada de multilateralismo, compareceu como uma via para aumentar o cerco ao capitalismo de Estado da China e Rússia. Segundo os ideólogos do imperialismo, países como a China, Rússia e Irã estariam ameaçando a ordem liberal mundial, estabelecida no pós-Segunda Guerra, sob a liderança dos Estados Unidos. As ações da China, para manter sua influência sobre Taiwan e Hong Kong, a militarização das fronteiras da Ucrânia pela Rússia, e a resistência do Irã em se curvar inteiramente ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, de conjunto, devem ser contidas por uma poderosa aliança das potências. Os interesses particulares das frações capitalistas e dos Estados dificultam os Estados Unidos montarem o cerco econômico e militar à China e Rússia, principalmente. O importante, no entanto, está em que a bandeira da “democracia” contra o “autoritarismo” expressa a potencialização da crise mundial.
21. Os reflexos da guerra comercial se fazem presentes em todas as latitudes. Na América Latina, sob a Pandemia, tomou a forma de ações contrárias à adoção da vacina, produzida na China, pelos governos. O Brasil, por suas dimensões e capacidade econômica, se tornou uma arena da brutal concorrência entre os laboratórios. Os Estados Unidos não poderiam aceitar qualquer acordo que favorecesse a quebra de patente ou de produção interna com transferência de tecnologia. Capitais chineses vêm adentrando em setores da economia latino-americana, movimento esse impensado, há pouco tempo atrás. O pêndulo nacionalista de alguns países, chefiado pelo regime chavista na Venezuela, enfraqueceu sob inten-

so bombardeio do imperialismo. Mas sobrevivem suas bases materiais. É por meio delas que a China em ascensão procura penetrar, e estabelecer pilares de uma política internacional. Por ser um grande importador de matérias-primas e produtos agropecuários, tem como exercer pressões sobre os governos latino-americanos. O recrudescimento da guerra comercial será o meio pelo qual os Estados Unidos agirão mais decisivamente, para impor um alinhamento contra o capitalismo de Estado e a expansão mundial da China.

22. A recuperação de terreno pelo nacional-reformismo, perdido nos últimos anos para a direita e ultradireita, rompe, em certa medida, o isolamento, cada vez maior, que o imperialismo vem impondo à Venezuela e Cuba. No entanto, os novos governos recém-eleitos – Chile, Honduras e Peru – não são capazes de se unir em uma frente de resistência à guerra comercial, cujas consequências econômicas e sociais potencializam as tendências da crise latino-americana. Cuba cedeu à dinâmica da restauração, e a Venezuela teve sua estrutura econômica destruída. O maior interesse dos Estados Unidos se concentra no petróleo venezuelano, cuja importância para a China é considerável. Cuba permanece apenas como um espantalho ideológico contra o comunismo. A Colômbia deixou de ser um ponto de intervenção prioritário dos norte-americanos, com a rendição das Farc, e a manutenção do governo títere. A Bolívia passou por uma conflagração, mas a volta do MAS ao poder, sem precisar reerguer Evo Morales, retardou o processo da crise revolucionária. Argentina e Brasil são os dois pilares, na América do Sul, de sustentação da estratégia de dominação norte-americana e do imperialismo em geral. A retomada do desfigurado peronismo conteve o choque dos explorados com o governo da direita liberal, mas os fatores da crise econômica e política, bem como a tendência à agudização da luta de classes, permanecem. A possibilidade do PT vencer as eleições, em outubro de 2022, não traz nenhuma ameaça ao imperialismo, mas pode dificultar o alinhamento internacional que Biden vem montando para apertar o cerco

- à China. Mas, as experiências com o governo de Lula foram suficientes para convencer frações do imperialismo, tanto americanas quanto europeias, de que o caudilho petista ainda pode servir de freio à luta de classes, e de disciplinamento dos aliados nacional-reformistas.
23. As últimas derrotas eleitorais da direita e ultradireita, na América Latina, não devem ser confundidas como se fossem uma reversão das tendências direitistas predominantes no seio da burguesia. Ocorre que governos de direita e ultradireita substituíram pela via eleitoral governos nacional-reformistas, que se mostraram incapazes de resolver o problema da miséria e fome. Por sua vez, esses governos logo se mostraram francamente antinacionais e antipopulares. A crise sanitária e econômica combinada os golpearam. Essa alternância está determinada, não apenas pela decomposição crescente das economias latino-americanas, mas também pelo desenvolvimento da luta de classes. É o que indicam as revoltas de 2019, em vários países. Não se pode, portanto, confundir a volta de governos nacional-reformistas com as tendências direitistas, que continuam vigentes. Somente a organização independente do proletariado, na condição de dirigente da maioria oprimida, e o desenvolvimento da luta de classes, podem quebrar as tendências direitistas e fascistas da burguesia.
24. Os explorados do mundo todo vêm suportando a decomposição do capitalismo, na forma do desemprego, subemprego, destruição de direitos e rebaixamento do valor da força de trabalho. A maioria se encontra envolvida pelo avanço da barbárie. O período de contrarreformas – de eliminação de velhas conquistas – se prolonga, sem que o proletariado e os demais trabalhadores tenham conseguido estancar a hemorragia da crise social. O crescimento vertiginoso da concentração de riquezas, nas mãos de poucos grupos econômicos e do luxo parasitário da alta classe média, não se deve apenas às leis de funcionamento do capitalismo, mas também às derrotas sofridas pelo proletariado mundial. Não se trata apenas de derrotas recentes e parciais, mas de derrotas históricas. São

essas últimas que possibilitaram, à burguesia e ao imperialismo, irem a fundo com as contrarreformas, assim que a crise estrutural se reconfigurou no pós-Segunda Guerra. A restauração capitalista é de natureza histórica, uma vez que interrompeu a transição do capitalismo para o socialismo. O capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A restauração que levou à destruição das conquistas das revoluções, tendo à frente as da Rússia e China, estabeleceu um longo período de contrarrevolução. É nesse marco que a burguesia descarrega a decomposição do capitalismo sobre os trabalhadores de todo o mundo, e recrudesce o saque dos países semicoloniais.

25. A vitória da contrarrevolução correspondeu a um retrocesso histórico na organização e consciência política do proletariado. A degeneração dos partidos comunistas, sob a política revisionista do programa internacionalista pelo estalinismo, e a conseqüente liquidação da III Internacional, resultaram em crise mundial de direção revolucionária. A impossibilidade da IV Internacional, de reerguer o Partido Mundial da Revolução Socialista, constituído pela III Internacional, por sua vez, interrompeu a luta do marxismo-leninismo-trotskyismo pela superação da crise de direção. Desde 1924, abriu-se um confronto de vida e morte no seio do Partido Bolchevique (Partido Comunista da Rússia), entre o socialismo nacional e o internacionalismo. A vitória da tese estalinista, da possibilidade de construir o “socialismo em um só país”, sentenciou o curso dos acontecimentos, que concluíram com o desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e com a reintegração da China às relações capitalistas mundiais, sob a forma de capitalismo de Estado. Destruiu-se, por essa via, a ditadura do proletariado como instrumento da transição do capitalismo ao socialismo. O proletariado mundial foi sendo desarmado ideológico, programático, político e organizativamente. Ao se sufocarem as revoluções proletárias, as direções revisionistas, reformistas e traidoras abriram um caminho para as contrarreformas capitalistas, e o esmagamento da luta das

nações oprimidas pela independência nacional e superação do atraso.

26. Os acontecimentos desencadeados, sob a aterrorizante Pandemia, evidenciaram a dimensão catastrófica da crise de direção. Não só em suas manifestações no momento em que se processava, como também no período pré-pandêmico. Em 2019, a luta de classes na América Latina assumiu a forma de greves e manifestações de rua. No Chile, o movimento das massas teve características de um levante contra a violência ditatorial, desencadeada pelo governo de Piñera. Acabou sendo canalizado para a formação de uma Assembleia Constituinte, resultando em divisão, freio dos combates, sobrevivência do governo direitista e, finalmente, eleição do candidato da esquerda reformista. Tudo indica que a luta dos chilenos galvanizou as tendências de revolta dos explorados na América Latina. Os protestos no Equador contra o aumento abrupto do preço dos combustíveis e medidas de contrarreformas, ditadas pelo FMI, obrigou o governo de Moreno a impor o estado de exceção. Como no caso do Chile, as tentativas de esmagamento dos levantes resultaram em mortes e mutilações de manifestantes. A diferença esteve em que Piñera é um representante do grande capital e do imperialismo, Moreno, um filo nacional-reformista. Tanto no Chile quanto no Equador, os governos tiveram de manobrar, recuando na ofensiva. Na Colômbia, manifestações e a greve geral contra as reformas trabalhista e previdenciária questionaram a continuidade do governo de Iván Duque. Há muito, o movimento sindical se encontrava passivo. A crise econômica, o avanço da miséria e as contrarreformas impulsionaram os instintos de revolta latentes na população. Na Argentina, as manifestações contra a miséria e a fome impuseram a Macri e ao Congresso a adoção de uma lei de emergência, embora não resultasse em ações que de fato protegessem os mais pobres e miseráveis. Também foi significativa a reação da população do Paraguai, ao acordo com o Brasil de compra de energia elétrica mais cara, sendo que os paraguaios têm sido lesados, desde a construção de Itaipu. O presidente

Abdo se viu obrigado a voltar atrás. A França se tornou o epicentro das greves e manifestações na Europa Ocidental. A greve geral contra a reforma da Previdência e as manifestações dos “coletes amarelos” acucaram o governo de Macron, que não teve outra saída para desmobilizar os explorados, senão fazer concessões. Em particular, a greve geral marcou a presença do proletariado francês no combate às contrarreformas montadas pelo governo. Na Ásia, em Hong Kong, as manifestações e a greve geral por reivindicações democráticas se chocaram com a ditadura burocrática da China. Esse quadro demonstra que, em 2019, esteve em curso uma situação mundial convulsiva, destacando-se o Chile e a França. Em geral, as lutas foram de resistência à ofensiva dos capitalistas contra as condições de trabalho e de vida dos explorados.

27. As tendências de luta do ano anterior à Pandemia foram dissolvidas e barradas, em 2020. Mas, se destacou a greve geral na Índia, em defesa dos empregos e salários, e contra o plano de privatização de Modi; e, no Haiti, os protestos e a greve geral, exigindo resposta do governo Moise ao avanço da fome, e contra a aplicação de medidas ditadas pelo FMI. Esses dois movimentos estiveram na contramão das pressões burguesas, contrárias a que os sindicatos mobilizassem os explorados em defesa dos empregos, salários e direitos. Suas projeções foram contidas. De forma que o que mais se destacou foram os protestos nos Estados Unidos, em maio, desencadeados diante do bárbaro e covarde assassinato do negro George Floyd. Esses embates, em plena pandemia, se opuseram à política burguesa do isolamento social, e à de colaboração de classes das direções sindicais e políticas. O movimento de massa que tomou as ruas nos Estados Unidos, objetivamente, demonstrou que a classe operária e os demais trabalhadores não podem renunciar à sua democracia e à ação direta, em hipótese alguma. Deixar nas mãos dos governos e dos capitalistas a defesa da vida dos oprimidos significava admitir as ações que colocavam o poder econômico acima das necessidades mais elementares dos explorados. Essa conduta imperou em toda a parte,

de maneira que as massas se viram destituídas de suas próprias organizações, que são os sindicatos e centrais. No Brasil, as direções chegaram ao ponto de cancelar o “Dia Nacional de Lutas”, convocado contra as medidas antinacionais e antipopulares de Bolsonaro. Sem poder se apoiar em suas próprias forças e sem independência política perante as diretrizes, em escala mundial, ditadas pelo imperialismo, os trabalhadores ficaram à mercê da virulência da Covid-19, e de suas duras consequências econômico-sociais. É diante dos mais de 5,5 milhões de mortos, demissão massiva, rebaixamento do valor da força de trabalho, quebra de direitos, potenciação da informalidade e projeção da fome, que se manifestou e se manifesta, a crise mundial de direção.

28. Em outubro de 2021, uma onda grevista se levantou nos Estados Unidos, convergindo vários setores do operariado, comércio e serviços, tendo em comum a defesa dos salários e dos direitos trabalhistas. Segundo informações, estimam-se 176 paralisações. Mas, todas encerradas no corporativismo, moldado pelas direções colaboracionistas. A importância está em que assinala a presença das tendências de luta na maior potência. A retomada das manifestações mais contundentes ocorreu na Colômbia, reprimida a sangue e prisões, que refluiu sem poder se generalizar, como tinha ocorrido em 2019. No Chile, as eleições presidenciais se superpuseram às manifestações de 2019, interrompidas pelo processo constituinte. No Brasil, a quebra da passividade acabou sendo canalizada para a prematura corrida eleitoral. Na Argentina, as eleições legislativas distraíram provisoriamente as massas, mas as tendências latentes de luta contra o avanço da pobreza, miséria e fome permanecem acesas. A América Latina reflete um quadro de desenvolvimento da crise econômica e de polarização entre as classes – potencializada pelo alto desemprego, informalidade e miséria – sobre o qual se agrava a instabilidade política. A mão de ferro como os governantes enfrentaram as manifestações e a via eleitoral apresentada como apaziguamento estão em contradição.

29. O retorno das esquerdas reformistas ao poder oculta que as tendências predominantes no seio dos capitalistas, das oligarquias e do imperialismo, não são as de revigorar a democracia burguesa, mas de enfraquecê-la. O conflito entre tendências autoritárias e democratizantes não é antagonico à preservação da dominação de classe. Expressa as divisões interburguesas, que se agravam ou se amenizam, de acordo com o desenvolvimento da decomposição do capitalismo e da luta de classes. A política revolucionária do proletariado se vale das divisões interburguesas, não para seguir a fração democratizante em nome da defesa da democracia em geral, mas para unificar os explorados em torno ao programa próprio, potenciar os métodos da ação direta, trabalhar pela organização independente e democrática, projetar a luta anti-imperialista, e avançar no terreno da revolução social.
30. As enormes dificuldades que impedem o proletariado e a sua vanguarda de vencer os obstáculos à reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista devem ser tratados no dia-a-dia da luta de classes. Não com imediatismos e improvisações, mas com a aplicação do Programa de Transição às condições do capitalismo em desintegração, e às tendências objetivas de revolta operária e popular. As necessidades elementares dos explorados são o ponto de partida para a organização dos combates. A vanguarda com consciência de classe se tempera no processo de enfrentamento do trabalho e capital, manejando a tática, expondo a estratégia da revolução e ditadura proletárias, e armando-se com as conquistas programáticas, teóricas e práticas do internacionalismo marxista. As experiências advindas da Pandemia atestaram a profundidade da crise de direção. E, ao mesmo tempo, favoreceram a aplicação do Programa de Transição, que sintetiza e dá continuidade ao programa dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista. As correntes que se reivindicam do trotskismo, e que sucumbiram à política burguesa do isolamento social, se colocaram ainda mais distantes do Programa de Transição, sobretudo de seu método materialista-dialético. Os

reformistas, que incluem as variantes do estalinismo, e que seguiram uma das frações da burguesia mundial, contribuíram para sufocar as tendências de luta das massas, que vinham crescendo, desde 2019.

31. A vanguarda revolucionária nadou e ainda nada na contracorrente da desorganização mundial do proletariado, do temor generalizado criado pela Pandemia, do terror ideológico promovido pelos governantes, da tendência à dissolução organizativa e do refúgio ao mundo virtual. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional revelou suas fraquezas organizativas. O que prejudicou a intervenção centralizada de suas seções. Os duros acontecimentos do período de crise sanitária devem ser incorporados crítica e autocriticamente pela vanguarda marxista-leninista-trotskista. Essa é a condição para levar adiante a tarefa de superação da crise mundial de direção.

Resolução Nacional

1. A Pandemia entrou no segundo ano, evidenciando a incapacidade da burguesia e dos governantes de protegerem as massas. Evidenciou também a criminoso política de conciliação de classes, desenvolvida pelas direções sindicais e políticas. De um lado, a Covid-19 destruiu a vida de mais de 600 mil, em sua imensa maioria de pobres e miseráveis. De outro, serviu de motivo para os capitalistas demitirem em massa, rebaixarem o valor da força de trabalho, e avançarem a eliminação de antigos direitos. Por cima, os governantes - orquestrados por Bolsonaro - impuseram seu Plano de Emergência, aprovado pelo Congresso Nacional; por baixo, a burocracia sindical auxiliou em sua aplicação, ao ponto de montar “assembleias” virtuais para viabilizar a MP 936. O “auxílio emergencial” e as campanhas assistencialistas representaram um pingo d’água no oceano de flagelo dos mais pobres e dos miseráveis. A barbárie social estrutural aflorou no dia-a-dia da marcha da Pandemia, dos hospitais públicos superlotados, da escassez de leitos, da falta de UTIs, e até mesmo de remédios e oxigênio. Aflorou, neste quadro de horror, a contradição entre as condições paupérrimas da maioria oprimida e as de opulência da minoria burguesa e pequeno-burguesa rica. Contradição entre o sistema

público sucateado, que serve a mais de 70% dos brasileiros, e a privada, super aparelhada e avançada. O fenômeno natural da Pandemia se encarregou de mostrar a profunda separação econômica entre as classes, bem como o abismo entre as potências e os países semicoloniais. Nas entranhas desse processo, se constituiu e se desenvolveu a política burguesa de resposta à crise sanitária e suas consequências econômicas; tomou forma particular a política de conciliação de classes das direções sindicais e políticas, e veio à tona o significado histórico da crise de direção revolucionária do proletariado.

2. A classe operária e os demais explorados foram tomados de surpresa pelo anúncio da tormenta que chegava ao país. Desprevenidos, desorganizados e atomizados, entraram em um longo período de horror, medo e pavor. As epidemias e endemias são velhas conhecidas na vida dos bairros operários, favelas e cortiços. Desta vez, o vírus forasteiro aparentava não se ater às fronteiras da rígida divisão de classes, que polariza o país entre a minoria opressora e a maioria oprimida, entre as massas de proletários, pequeno-burgueses urbanos arruinados e camponeses pobres. Os governantes e porta-vozes da ciência insistiram em que todas as classes estavam ameaçadas. Impunha-se, assim, uma ampla “unidade nacional”, entre ricos, pobres e miseráveis, como se não houvesse distinção de classes diante de uma pandemia. O problema estava apenas em proteger especialmente os mais “vulneráveis”. Sobre essa base, armou-se a estratégia burguesa, voltada a conter qualquer manifestação e revolta operária e popular. A Pandemia interrompia o funcionamento normal da economia, dificultando a sua recuperação, depois de anos de recessão e estagnação, de desemprego e subemprego elevados, de retrocesso às condições elementares de vida das massas. O recrudescimento do temor das massas foi decisivo, para a burguesia, o seu Estado e os governos processarem suas diferenças táticas e conflitos político-institucionais. Em meio às divergências e choque entre os poderes, prevalecia o objetivo comum de proteger, em primeira instân-

cia, os interesses econômicos dos capitalistas, internos e externos, principalmente os dos monopólios e das finanças. Essa estratégia foi imposta ao proletariado desorganizado e atemorizado, não apenas pelas consequências nefastas, mas também pela campanha ideológica, repetida dias e meses a fio, de que os explorados deviam seguir religiosamente as diretrizes do isolamento social e se submeter a todas as contingências do ciclo da doença. A passividade da classe operária - a força social capaz de dirigir a maioria oprimida - contribuiu decisivamente para a burguesia e o imperialismo desenvolverem sua estratégia de enfrentamento à Pandemia.

3. Não se tratou apenas do temor coletivo diante do vírus fatal, mas também da campanha ideológica. A recomendação científica do isolamento social e outras medidas de contenção da transmissão da doença se tornaram bandeiras políticas. Havia de evitar e impedir manifestações dos explorados. O Dia Nacional de Lutas, que ocorreria em 18 de março de 2020, foi desmarcado pelas centrais sindicais. Assinalava-se a conduta que as direções teriam, dali em diante. Os sindicatos fecharam as portas. A burocracia de direita, centro e esquerda se refugiou no mundo virtual. Os partidos reformistas com assento no Congresso Nacional se colocaram por colaborar com um Plano de Emergência arquitetado pelo governo federal, e negociado com os parlamentares. No mesmo pacote em que se aprovava um auxílio emergencial limitado no tempo, e muito aquém das necessidades dos desempregados e subempregados, se adotava uma fábula de subsídios aos capitalistas, e a draconiana MP 936, que facultava a diminuição de salários e quebra de direitos trabalhistas. Estava claro que a crise sanitária e econômica recairia em grande medida sobre os explorados. A burguesia e seu Estado estabeleceram um limite de proteção à população. O isolamento social alcançaria apenas uma parcela dos brasileiros. Logo se mostrou limitado e inviável no transcurso do tempo. Veio a “flexibilização”. A contaminação não teve como ser contida. A Pandemia somente perdeu força na medida em que a vacinação ocorria, em-

bora a passos lentos. Os capitalistas exigiram a normalização de seus negócios. E ganharam proteção extra para diminuir os custos da folha de pagamento e demitir em massa. Sob a fulminante Pandemia, abria-se uma ampla ofensiva do capital contra o trabalho. Nas condições de temor, diante da montanha mortos, realizava-se o terror político de que os oprimidos não podiam manifestar-se. As mudanças objetivas no estado de ânimo das massas, provocadas pela Pandemia, se confundiram com as mudanças subjetivas impostas pela ideologia burguesa, que serviam aos interesses do poder econômico.

4. Na essência, as pressões burguesas convergiram para a posição política de que se tratava de um flagelo nacional, que colocava, portanto, a renúncia à luta de classes. O que se daria sob as bandeiras do “isolamento social” e do “programa emergencial”. Independentemente das divisões interburguesas ao redor de que caminho seria melhor para enfrentar a Pandemia, triunfou a “unidade nacional”. A sua particularidade se reflete no fato de que a classe operária e os demais oprimidos se viram compulsoriamente conduzidos pelos governantes a se sujeitarem a quaisquer das medidas, e a aceitarem que não lhes cabia nenhuma interferência no encaminhamento do combate à Pandemia. O lugar da burocracia sindical foi o de servir de correia de transmissão da política burguesa do isolamento social e da guerra comercial em torno às vacinas. As direções sindicais e políticas se apoiaram nas divisões interburguesas e nas dissensões entre os governantes - principalmente entre Bolsonaro e Doria - para justificar sua adesão à política burguesa do isolamento social e ao programa de emergência do Congresso Nacional. Esse foi o caminho para sujeitar os sindicatos e movimentos populares, desvinculando-os inteiramente das pressões das massas golpeadas, e empurradas para o dia-a-dia do trabalho. A bandeira do “Fique em Casa” não demorou para expor o seu conteúdo ideológico burguês e a sua hipocrisia. Tudo foi feito para ocultar sua função de reforçar o temor, e manter os explorados na mais profunda passividade.

5. A posição de que não havia o que fazer nos sindicatos, ou que as campanhas virtuais eram as alternativas que restavam, ou que se tratava de defender o isolamento social exigindo condições materiais, ou ainda, que aqueles que tinham de ir às atividades consideradas essenciais deveriam ter completa proteção, diante da possibilidade de contaminação, ou então, realizar uma greve geral sanitária para reivindicar um plano de emergência dos trabalhadores, essas variantes assumidas, mesmo que em parte, inclusive, pela maioria das correntes de esquerda, ocultaram que, sem a mobilização coletiva, sem a organização de um poderoso movimento das massas, sem um programa próprio dos explorados, e sem independência política diante das diretrizes governamentais, só restavam o temor e a passividade. É nesse marco que as direções sindicais e políticas se negaram a armar ideológica e politicamente os explorados, contra as ações dos governos e do patronato. O que começaria por combater a campanha aterrorizante do “Fique em Casa”, voltada a impor a passividade das massas. Sob essa bandeira, os trabalhadores podiam superlotar os coletivos, e ir ao trabalho, mas não podiam se manifestar nas ruas. E os sindicatos não deviam convocar assembleias, e organizar movimentos. Essa seria e foi a contribuição da burocracia com as diretrizes predominantes em todo esse período de pandemia, até 29 de maio de 2021, quando se iniciaram as manifestações da Campanha Nacional pelo Fora Bolsonaro e Impeachment. Destituída de organização, confundida pelas polêmicas provocadas por Bolsonaro, e alimentadas pelos governadores, a classe operária não teve como reagir à onda de demissões e acordos de redução salarial, e como levantar uma estratégia e programa próprios.
6. A greve da Renault, de agosto de 2020, contra as demissões, assinalou o caminho por onde a classe operária poderia enveredar-se. As assembleias romperam o temor real e o terror ideológico. No entanto, a greve de vinte um dias permaneceu isolada, e sua direção, vinculada à Força Sindical, fez de tudo para que o movimento não transbordasse. A onda de demissões, que havia se er-

guido na recessão de 2015-2016, voltou a se elevar em 2020, agora sob o impacto econômico causado pela Pandemia, sem que houvesse qualquer defesa dos postos de trabalho pelas direções sindicais e políticas. Em janeiro de 2021, a Ford anunciou que fecharia todas suas fábricas no Brasil. A medida envolvia diretamente sindicatos da CUT, CTB e Força Sindical. Porém, a repercussão da medida extrema era mais abrangente, atingindo a cadeia de produção automotiva. Em abril, o Sindicato Metalúrgico de Taubaté (CUT) convencia os operários a aceitarem o acordo de indenização, encerrando o movimento pela defesa dos empregos. Nesse mesmo mês, a multinacional coreana LG também anunciou o fechamento de sua fábrica em Taubaté. Teve o mesmo destino que o da Ford. As centrais sindicais e movimentos populares continuaram na firme defesa de que nada poderia ser feito, para organizar uma resposta local, regional e nacional, ao fechamento de fábricas e à destruição massiva de postos de trabalho. Tradicionais bandeiras do movimento sindical de defesa das condições elementares de vida das massas, como salário mínimo real, reposição das perdas e redução da jornada, sem reduzir os salários, foram abandonadas pela burocracia sindical. As direções abraçaram a tese dos monopólios, de que o mundo do trabalho terá de se ajustar às transformações tecnológicas, advindas da “era da informação”. A “flexibilização do trabalho” seria a forma e o meio adequados para os capitalistas e trabalhadores se acertarem. O resultado, de anos de aplicação, tem sido a devastação dos empregos, e redução do valor da força de trabalho. No caso de os lucros caírem abaixo do tolerável, fecha-se a fábrica. As multinacionais indicaram que podem chegar a esse ponto. E o fizeram tranquilamente, uma vez que a burocracia sindical se tornou uma fiel cumpridora das ordens emanadas do imperialismo. As condições particulares da Pandemia evidenciaram o alto grau de estatização dos sindicatos, e esmagamento da democracia operária.

7. A facilidade com que a burguesia e seus governantes puderam atemorizar os explorados, para que não reagissem

ao flagelo da Pandemia e, ao mesmo tempo, arcassem com as duras consequências econômico-sociais, indicou o quanto a classe operária, em geral, e seu setor mais avançado, os metalúrgicos, estão desorganizados, controlados pela política de colaboração de classes, e atrasados em sua consciência de classe. A marcante presença do reformismo e do democratismo institucional nas entranhas do proletariado, instalada por meio dos sindicatos e dos aparatos partidários, freia os instintos de revolta natural dos assalariados, desenvolve o individualismo, bloqueia a sua organização independente, e potencia aspirações pequeno-burguesas em importantes camadas. A ideologia burguesa incentiva o espírito de sacrifício dos explorados, como necessário diante das crises e da orientação voltada à “unidade nacional”. Oculta, assim, as causas e as raízes da decomposição do capitalismo. A burguesia está cumprindo o seu papel, exerce a dominação, e defende, em qualquer circunstância, os seus interesses. Necessita, no entanto, das direções sindicais e políticas para imprimir verossimilhança à ideologia de interesses comuns entre as classes. A frente ampla, a despeito das posições de Bolsonaro, em torno à política burguesa do isolamento social, da campanha assistencialista, e da aplicação da MP 936, ergueu um muro de contenção para que a classe operária permanecesse incapacitada de ter uma diretriz, um programa e uma resposta prática de autodefesa, diante da Pandemia, do fechamento de fábricas, das demissões e do avanço da miséria e fome.

8. A classe operária e os demais trabalhadores haviam sofrido duas grandes derrotas antes da eclosão da Pandemia. Em 2017, a ditadura civil de Michel Temer impôs a contrarreforma trabalhista, e armou as condições para a implantação generalizada da terceirização. Em 2019, o governo Bolsonaro imporia a contrarreforma previdenciária. A greve geral de 28 de abril de 2017 trouxe, à luz do dia, a força da classe operária, unida às demais camadas de explorados. Isso sem a devida preparação e organização para um enfrentamento prolongado com o governo golpista de Temer, que, em dezembro de 2016, apresen-

tou o projeto à Câmara dos Deputados, que o aprovou em abril do ano seguinte, sendo finalizada a aprovação pelo Senado, em julho. Com todo esse tempo, as direções das centrais e sindicatos apenas convocaram uma demonstração de força, com a greve geral no final de abril, interrompendo a luta, quando as massas se mostravam dispostas a derrubar a contrarreforma trabalhista. A greve geral de junho de 2019, contra a reforma da Previdência, demonstrou desconfiança dos trabalhadores em sua direção, uma vez que as centrais sindicais não foram consequentes na luta contra a reforma trabalhista, desativando prematuramente o movimento grevista que se armou no país. Não ocorria uma greve geral tão potente como a de 2017, desde a grande jornada de luta dos petroleiros, eletricitários, funcionários públicos, etc., sob o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, em maio de 1995. Durante o governo de Lula, as greves diminuíram, tanto em número quanto em importância política, não porque não houvesse motivo, mas porque se armou um período de colaboração de classes, comandado desde cima pelo governo petista. No governo de Dilma Rousseff, em 2013, uma onda grevista se levantou no país, em defesa de reajustes salariais e da manutenção de direitos. Se a classe operária não confiar em suas próprias forças e se erguer unitariamente contra as decisões do Estado, não há como derrotar a burguesia. Com a destituição de Dilma Rousseff, em 2016, iniciou-se um período de ofensiva aberta da burguesia contra antigas conquistas do proletariado, concluindo com as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. O período de colaboração de classes e as derrotas no período das contrarreformas resultaram em um grande retrocesso nas conquistas econômicas e políticas da classe operária e dos oprimidos em geral, no período de combate à ditadura militar, que chegava esgotada na década de 1980. Um recuo que foi imposto pela política de colaboração de classes, sobretudo ao proletariado e ao campesinato sem-terra. É fundamental assinalar esses antecedentes, que explicam por que a classe operária foi tão golpeada durante esses dois anos de pandemia, sem

que aflorassem seus instintos de revolta, e se chocasse com as direções dos aparatos sindicais burocratizados.

9. Em 29 de maio de 2021, as direções sindicais e políticas não mais puderam sustentar a bandeira do “Fique em Casa”. Retomaram a “Campanha Nacional pelo Fora Bolsonaro e Impeachment”, erguida no ano anterior. Um primeiro sinal de que era preciso romper a passividade foi dado pelos protestos contra o assassinato do negro George Floyd, em junho de 2020. Nesse mesmo momento, manifestações em favor da “democracia” e contra o “fascismo”, convocadas pela torcida corintiana, tiveram a virtude de se colocar pela quebra da passividade. A crise de governabilidade havia dado lugar a choques frontais entre os poderes da República. Bolsonaro e bolsonaristas ameaçavam com um golpe de Estado, mas sem ter as condições para fechar o Congresso Nacional e o Judiciário. Ao perder a condução centralizada do enfrentamento à Pandemia para os governadores, o governo federal se desorientou. As mortes aumentavam. A economia mal repunha as perdas anteriores provocadas pela recessão de 2020, e indicava manter-se em declínio. O desemprego e subemprego potenciaram a miséria e a fome estruturais. A permanência de Bolsonaro no poder parecia ameaçada. A instalação de uma CPI da Covid no Senado deu a impressão de que se tinham criado as condições para o impeachment. Tratava-se, portanto, segundo as direções oposicionistas, de voltar às manifestações de rua, embora a Pandemia continuasse descontrolada. Ainda no 1º de Maio, as centrais se limitaram a discursos demagógicos on-line. A mudança na situação política estava marcada pela recuperação dos direitos políticos de Lula. A Operação Lava Jato, não apenas tinha sido desmontada, como também considerada uma excrescência jurídica pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O movimento de ultradireita bolsonarista - com sua bandeira golpista de volta dos militares ao poder - já não poderia ir mais adiante, com o presidente à sua frente. Na manifestação de 7 de setembro, Bolsonaro fez uma demonstração de apoio de setores burgueses e da classe média abastada.

Logo após, se viu obrigado a lançar uma Carta à Nação, se retratando, diante do STF. Nem os militares, nem a sua base parlamentar, poderiam seguir a trilha da aventura golpista. Um governo que se iniciou com a vocação bonapartista, finalmente, mostrou-se apoiado em pés de barro. Bastou o recuo de Bolsonaro, os ajustes de suas diretrizes diante da Pandemia e as benesses concedidas aos parlamentares, para que a bandeira do impeachment fosse arriada. As direções sindicais e políticas subordinaram as organizações dos explorados às divisões interburguesas, de maneira que, sem um programa próprio de reivindicações, se tornou impossível constituir um caminho de independência de classe. Abria-se, prematuramente, a via da disputa eleitoral. Esse processo, marcado por manobras, tanto do governo quanto da oposição, se sobrepôs às necessidades das massas e às tarefas do movimento operário e popular.

10. A retomada da bandeira de “Fora Bolsonaro e Impeachment” se deu nas condições de profunda crise econômica e política. O presidente perdia apoio de poderosos setores da burguesia, comparecia aos olhos das massas como um obstáculo ao controle da Pandemia, a recuperação do PIB mal repunha as perdas anteriores, o desemprego e subemprego se mantinham elevados e, internacionalmente, já não tinha o governo de Trump para se apoiar. A quebra parcial da passividade, em 29 de maio, colocava a tarefa de recuperar as forças da classe operária, debilitadas pelo longo período da Pandemia, pela ofensiva dos capitalistas contra os empregos, salários e direitos trabalhistas, e pelas derrotas com a quebra de greves e os acordos, que permitiram o fechamento de fábricas. As manifestações em quase todo o país, em maio, assinalaram as pressões das tendências de luta dos explorados, que não mais suportavam o descontrole da Pandemia, as manobras dos governantes, o avanço do desemprego, subemprego, miséria e fome. O ponto de partida do período de luta que se abria estava dado pelas necessidades mais elementares da classe operária e dos demais explorados. A defesa das condições sanitárias se combinava

com a dos empregos, salários e direitos. Um programa próprio dos explorados, porém, não havia sido constituído e desenvolvido para enfrentar as consequências imediatas da Pandemia, e superar as derrotas sofridas com a imposição das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. A unidade dos explorados somente se alcança por meio de reivindicações próprias e de independência política. Somente uma direção classista e revolucionária procura unir o proletariado e os demais trabalhadores em torno ao programa, ao método de luta e à estratégia próprios. As massas tinham e têm a seu favor as divisões interburguesas, e o crescente isolamento de Bolsonaro. A campanha antibolsonarista da oposição, porém, não permitiu que emergissem as reivindicações e objetivos políticos que pusessem em pé um movimento desde os sindicatos operários, que confluísse com a disposição de luta de camadas da classe média arruinada.

11. As direções sindicais e políticas, unidas na coordenação da Campanha Nacional pelo Fora Bolsonaro e Impeachment, abandonaram a diretriz do “Fique em Casa”, não para erguer um movimento em defesa do programa próprio dos explorados, mas para canalizar a revolta latente às eleições presidenciais. O impeachment funcionava como uma bandeira de unidade da oposição burguesa, que se ampliou, na medida em que partidos ou frações se viram na contingência de abandonar o governo que tinham ajudado a eleger, em 2018. A bandeira de formação de uma Frente Ampla foi içada pela maioria das direções sindicais e políticas. Por mais que a ala esquerda do Fora Bolsonaro se enojasse, o fato é que a burocracia sindical e os partidos que a comandam tinham marginalizado as necessidades mais prementes dos oprimidos, e se voltado a uma solução burguesa para a crise de governabilidade. Não seria um movimento pequeno-burguês que poria abaixo o governo burguês de ultradireita e fascistizante. Serviria, certamente, aos propósitos de uma frente ampla pelo impeachment, se fosse possível, ou à disputa eleitoral. Inviabilizado o impeachment, se desfez o objetivo da Frente Ampla. As forças burguesas passaram a se orga-

nizar para outubro de 2022. A consigna do Fora Bolsonaro não foi uma simples tática para desenvolver a luta das massas contra o governo, mas uma estratégia, voltada a trocar um governo burguês desmoralizado por outro, revigorado pelas eleições. Parte das esquerdas procurou ocultar seu seguidismo, com a suposta tática classista de combinar as mobilizações pelas reivindicações com o Fora Bolsonaro e o Impeachment. A estratégia burguesa não é compatível com as necessidades dos explorados.

12. A Campanha Nacional pelo Fora Bolsonaro e Impeachment chegou esgotada em 7 de setembro. As manifestações dos bolsonaristas eclipsaram as do movimento oposicionista. Já não havia como manter a bandeira do impeachment. A CPI da Covid concluiria em pantomima. A candidatura de Lula se afirmara muito à frente das intenções de voto em Bolsonaro. As forças burguesas, que se desprenderam do governo, já se movimentavam em torno à constituição da “terceira via”. A aspiração de erguer uma Frente Ampla se esvaziara, antes do 7 de setembro. A Carta à Nação, de Bolsonaro, punha fim à aventura golpista e indicava a decisão dos militares bolsonaristas, de que tinha chegado a hora de cuidar das eleições. A derrota do presidente, sofrida no Congresso Nacional, sobre a adoção do voto impresso, acabava com as ameaças ao futuro das eleições. Lula, não somente recuperara seus direitos, como deixava a prisão na condição de vigoroso caudilho, cuja experiência no exercício de poder do Estado, em dois mandatos, não estava esgotada para os explorados. O golpe institucional que derrubou Dilma Rousseff, em 2016, significou uma queda do PT, depois de um extraordinário ascenso eleitoral, verificado na disputa entre Lula e Collor, em 1989. Os ataques às massas, por Temer e Bolsonaro - que encarnaram governos burgueses francamente antinacionais e antipopulares -, nas condições de recessão e estagnação econômicas, impossibilitaram que a burguesia e, principalmente, a sua fração ultradireitista, varressem o PT da vida política, e encontrassem outra via para manter as ilusões democráticas dos oprimidos. A bancarrota pre-

matura de Bolsonaro cedeu lugar a uma mudança nas condições políticas, que marcaram o período do golpe, prisão de Lula, e instalação da ditadura civil e do governo ultradireitista-fascistizante. As posições reacionárias do governo federal, diante da Pandemia, caracterizadas pela oposição de “negacionista” e “genocida”, confrontaram as necessidades da população, e as empurraram de volta ao nacional-reformismo petista. A bandeira do “Fora Bolsonaro”, vinculada ao impeachment, assim, tomava o conteúdo estratégico de trocar um governo burguês por outro, para supostamente realizar uma nova política econômico-social, destinada a atender o clamor dos pobres e famintos. Nesse sentido, a campanha pelo impeachment serviu como meio tático de reagrupar os partidos de centro-esquerda e esquerda centrista por trás do PT, e, parte delas, da candidatura de Lula.

13. A polarização entre a candidatura de Lula e de Bolsonaro dá a dimensão da profundidade da crise política, que, somente não é mais grave, devido à contenção do movimento operário, e canalização do descontentamento da classe média empobrecida às ilusões democráticas. Setores do grande capital se afastaram da política de Bolsonaro, que, contraditoriamente, tem um fundo de nacionalismo militar, herdado da ditadura, obscurecido principalmente pelo ideário religioso, e se viram obrigados a se colocar pelo rompimento da cadeia da polarização. Os partidos históricos da burguesia e seus derivados se encontram afastados das massas. A decomposição do capitalismo e a subordinação do país ao imperialismo os colocaram como agentes das contrarreformas, da alta concentração de riqueza, em poder de poucos, e responsáveis pelo aumento da pobreza, miséria e fome. Comandam a maioria dos estados e municípios, na condição de prestadores de serviço às oligarquias regionais e locais, que exercem influência, econômica e social, direta sobre os oprimidos. A existência de um partido como o PT - que não é historicamente orgânico da burguesia, e que se originou nas condições de derrocada da ditadura militar - se tornou possível, em grande medida, devido ao precipício, que separa

a maioria oprimida dos partidos orgânicos da burguesia. De forma que tal divórcio expressa a polarização entre as classes, principalmente entre o proletariado e a burguesia. O que exige a presença de um partido que exerça a política de colaboração de classes. A ampla classe média faculte-lhe força eleitoral, e um campo de manobra para mascarar o caráter contrarrevolucionário do reformismo, nas condições de degradação do capitalismo. O PT se ergueu como um poderoso obstáculo à independência dos sindicatos e construção do partido operário revolucionário. Mas, a burguesia e o imperialismo precisam de governos que resolvam seus problemas, para os quais não há outra forma, senão mantendo as contrarreformas, sustentando a gigantesca dívida pública, favorecendo o parasitismo financeiro, e protegendo os monopólios. Os governos do PT se mostraram adaptados ao capitalismo. Não oferecem nenhum risco à propriedade privada dos meios de produção. É precisamente essa condição servil ao grande capital que não lhes permitiu enfrentar a crise econômica instalada no governo de Dilma Rousseff. Os choques políticos tendem a se agravar, com a polarização e com a intervenção dos capitalistas para montar a terceira via eleitoral.

14. As eleições são um momento em que as forças burguesas se alinham mais claramente, para arrastarem a classe operária e a maioria oprimida a elegerem o novo responsável pela administração da ordem capitalista. Os interesses oligárquicos afloram à luz do dia. O capital financeiro intervém condicionando a diretriz que deve seguir o partido, a coligação partidária e o candidato vencedor. Uma fábula de recursos públicos - R\$ 4,93 bilhões foram aprovados pelo Congresso Nacional - e privados é utilizada para enganar os explorados, e mantê-los submissos à política burguesa. A democracia, restabelecida em 1945, depois da ditadura bonapartista de Getúlio Vargas, sobreviveu sobressaltada por crises sucessivas, e naufragou em 1964, cedendo lugar a vinte e um anos de ditadura militar. O seu restabelecimento, em 1985, sob condições ditadas pelo último general-pre-

sidente, apesar de uma grande unidade burguesa e da arregimentação da classe média, não foi em um patamar superior, e não constituiu bases sólidas, que suportassem as crises e garantissem a estabilidade. O primeiro presidente civil, o oligarca José Sarney, recebeu o poder, de acordo com as determinações da Junta Militar, sem que fosse eleito. O segundo, desta vez eleito, Fernando Collor de Mello, também filho da oligarquia, não pôde governar, foi destituído pelo impeachment, sendo substituído pelo seu vice. As eleições de 1989 tiveram a particularidade de o PT e Lula emergirem como força política, assentada na recuperação do movimento sindical e popular. Somente não derrotaram o candidato da oligarquia, devido a falsificações montadas pelos meios de comunicação monopolistas. O segundo presidente eleito Fernando Henrique Cardoso (PSDB), típico representante da alta classe média, seguiu rigorosamente as ordens do imperialismo, dando continuidade aos planos de contrarreformas de Collor, e terminou o segundo mandato rechaçado pela imensa maioria da população. Na quarta disputa presidencial, Lula foi eleito, em 2002, derrotou o candidato José Serra (PSDB). Foi obrigado a divulgar uma “Carta ao Povo Brasileiro”, juramentando respeito à propriedade privada dos meios de produção, e aos interesses do capital financeiro. Apesar de dar continuidade às medidas antinacionais e antipopulares do governo peessedebista, e ter a seu favor um ciclo econômico mundial de crescimento, Lula teve de se defender do escândalo do mensalão e da ameaça do impeachment. Dilma Rousseff não teve a mesma sorte. A sua reeleição, em disputa com Aécio Neves (PSDB), resultou em aceleração da crise política, que concluiu em golpe institucional. A ditadura civil de Temer sobreviveu aos escândalos de corrupção, graças ao apoio do grande capital e da oligarquia, mas sobretudo devido à política de conciliação de classes do PT e da burocracia sindical. Bolsonaro derrotou por uma pequena margem de votos Fernando Haddad (PT), orientado por Lula desde a prisão. Não encontrou condições para impor um gover-

no militarizado por cima dos demais poderes. Somente não enfrentou um impeachment, porque a burguesia se dividiu, e setores da oligarquia garantiram o controle do Congresso Nacional, mas, principalmente, porque o movimento Fora Bolsonaro se limitou a uma camada da classe média urbana. Acreditava-se que a Constituição de 1988 daria uma estabilidade à democracia que o Brasil nunca teve. Ilusão que se chocou imediatamente com a realidade econômica e social do país semicolonial.

15. O fim da ditadura militar e a retomada da democracia resultaram da interrupção de um ciclo de crescimento pós-1964, e início de um ciclo de estagnação, baixo crescimento e recessão. O Brasil saiu da ditadura com uma gigantesca dívida externa, que em boa parte foi transformada em interna, sob a “Nova República”, que se avolumou e se tornou um contrapeso ao crescimento econômico. Os governos do PT foram incapazes de alterar essa relação nefasta. Adaptaram-se ao parasitismo financeiro e aos monopólios, para se sustentarem no poder. A contrarreforma da Previdência, de Temer e Bolsonaro, deu um fôlego às contas públicas, mas se revelou provisório. Com a Pandemia, o governo despendeu recursos a grupos econômicos, que impediram a contenção do déficit público. Os antigos desequilíbrios estruturais voltaram a rondar a democracia oligárquica e, portanto, as diretrizes econômicas. A derrubada do governo Dilma Rousseff, e a mudança de comando na ditadura de classe da burguesia, não alteraram as tendências objetivas da desintegração econômica e social. O baixo crescimento tendente à recessão conta, agora, com o agravante da volta da inflação e do aumento das taxas de juros. A contrarreforma trabalhista e os subsídios estatais vêm aliviando a folha de pagamento dos capitalistas, sem, contudo, romper a camisa de força da estagnação. Os recursos das privatizações e da entrega do petróleo às multinacionais foram diretamente para sustentar a dívida pública, e auxiliar na contenção do explosivo déficit fiscal. O que indica o domínio imperialista como uma das mais potentes travas ao desenvolvimento das forças produtivas internas. Nes-

sas condições, os investimentos produtivos são baixos, e tendem a cair sob o peso da dívida pública, do desalinhamento da moeda, da alta inflacionária e do desperdício com o aparato estatal e a democracia oligárquica. A maioria da população deve arcar com o inchaço do exército de desempregados e subempregados. No ano que se inicia, o crescimento próximo a zero tem tudo para ser confirmado. No fundamental, seja qual for o candidato eleito - e a coligação governamental montada - manterá a ofensiva contra a vida do proletariado e dos demais trabalhadores.

16. A crise econômica nacional refrata a crise mundial. As relações de produção, baseadas em ramos fundamentais monopolizados, o comércio exterior, controlado pelo grande capital, a enorme dependência de capitais externos, a portentosa dívida pública, a alta concentração de riqueza nas mãos de uma ultraminoria, a imensa inutilização de força de trabalho, e o mar de pobreza e miséria do povo, constituem a camisa de força, que prende e amarra as forças produtivas. Trata-se de refrações da economia mundial da época do capitalismo imperialista. A tendência ao baixo crescimento e à estagnação, com períodos de recessão, indica que as forças produtivas altamente desenvolvidas estão em choque com as relações monopolistas de produção, e com as fronteiras que conformam os Estados nacionais. A desindustrialização em curso e a potenciação dos serviços, no Brasil, somente podem ser entendidas e equacionadas nesse marco internacional. O avanço da desnacionalização da economia e o fortalecimento do controle multinacional dos ramos chaves passaram a travar o crescimento econômico, e a impossibilitar a burguesia de realizar reformas favoráveis ao progresso da industrialização, e da utilização do potencial das fontes naturais e da abundante força de trabalho. Nenhum governo burguês, por mais que identifique os componentes dessa camisa de força e tenha o desejo de progresso, tem como mudar o curso dessa tendência autodestrutiva do capitalismo. São essas premissas históricas, econômicas e sociais que confirmam as teses marxistas e o programa

- socialista, de que as condições objetivas estão maduras para as revoluções proletárias.
17. O Brasil não tem como se furtar à guerra comercial, que tomou formas mais claras a partir da retomada da crise mundial em 2007-2008. O fato de os Estados Unidos, Europa e Japão terem conseguido impedir a quebra em cadeia do capital financeiro, e administrar o processo de destruição massiva de forças produtivas, não resultou em abertura de um novo ciclo de reconstrução da economia mundial. Ao contrário, potenciou o parasitismo financeiro, e impulsionou a guerra comercial. Esgotado o processo de restauração capitalista, que ganhou força, desde os anos de 1980, depois da eclosão da crise mundial de 1970, a China, de locomotiva do crescimento econômico, enfrenta o esgotamento de sua expansão interna e internacional, passando a ser o principal alvo da guerra comercial. A acomodação conflituosa da Rússia com as ex-repúblicas soviéticas, nos marcos de limitadas relações regionais, já não se mantém, abalada pelas condições de agravamento da guerra comercial. O Brasil, obrigatoriamente, tem de se alinhar aos Estados Unidos, conforme os passos que se deem nas disputas geopolíticas, ainda que não seja de imediato. O alinhamento declarado de Bolsonaro a Trump foi um sintoma. O governo Biden não mudou a diretriz geral do alinhamento brasileiro. O que ressaltou a dependência da agroindústria e commodities em geral à China, em meio ao fortalecimento das forças militares norte-americanas nessa região da Ásia. No caso de se agravar a guerra comercial entre a coligação dos Estados Unidos e a potência asiática, o que inclui a Rússia, a economia brasileira poderá sofrer uma queda mais dura e prolongada, uma vez que a exportação de commodities a vem sustentando. Não há como prever o ritmo desse conflito mundial, mas se observa que o imperialismo norte-americano se vem preparando militarmente para um confronto.
 18. A ausência de tradição de luta anti-imperialista oculta, aos olhos do proletariado e da maioria oprimida, a responsabilidade dos monopólios e do capital financeiro, como

fatores decisivos do atraso das forças produtivas, e do fenômeno da desindustrialização das últimas décadas. O programa anti-imperialista da classe operária responde à tarefa de conquistar a real independência nacional, sem a qual não há soberania do país. A entrega do petróleo, o desmonte da Petrobrás, a alienação do sistema de produção de energia, e da estrutura de comunicação e transporte, vem elevando a desnacionalização a um tal ponto da dominação imperialista, desconhecido na história da República. De concessão em concessão, a privatização antinacional progride. A luta mais avançada contra esse processo foi travada pelos petroleiros, e, ao seu lado, pelos trabalhadores dos Correios, que realizaram uma greve nacional de mais de um mês. Mas, permaneceram no terreno do corporativismo sindical. Isoladas pela política das direções reformistas, não chegaram a assumir a feição da luta anti-imperialista. A população é convencida de que a resistência corresponde a interesses particulares de uma elite que controla as estatais. As privatizações são apresentadas como uma simples transferência de controle do Estado aos empresários. Em nome da proteção ambiental, as potências pressionam a burguesia brasileira e os governantes a submeterem a Amazônia a diretrizes ditadas desde o exterior. A Base de Alcântara, entregue aos Estados Unidos, pelo governo Temer, abriga atividades militares que fogem completamente ao conhecimento e controle da população. As profundas raízes da penetração do capital imperialista nas bases da economia nacional permanecem ocultas. O estatismo é responsabilizado pelas crises, pelo baixo crescimento, pelo alto desemprego e subemprego. A burguesia nacional e as forças políticas de conjunto se esmeram em convencer a população de que as divergências em torno às privatizações dizem respeito a choques de interesses internos. O domínio imperialista seria um fenômeno do passado, substituído pela globalização do pós-Segunda Guerra, e pela maior interdependência entre os países. De forma que a defesa da “soberania nacional”, propagandeada pelos reformistas, não conduz ao combate anti-imperia-

lista e à expropriação revolucionária do grande capital. Setores da burguesia criticam Bolsonaro pela lentidão da concretização de seu plano de privatização. No ano que se inicia, uma das metas do ministro da Economia, Paulo Guedes, é a de ir adiante com o esquitejamento da Petrobrás e o leilão da Eletrobrás e dos Correios. Se cumprir esse objetivo, o golpe institucional de 2016 completará sua obra antinacional e antipopular. É de máxima importância a luta da vanguarda com consciência de classe por desenvolver as consignas de combate à dominação das potências, e trabalhar pela constituição da frente única anti-imperialista.

19. A tática do proletariado somente é realizável se praticada em concordância com a estratégia revolucionária. A relação em que a estratégia condiciona a tática determina a independência política da classe operária, necessária para alcançar a sua unidade, e para a luta geral dos explorados. A ausência de tradição de luta à dominação das potências, portanto, de experiências de constituição da frente única anti-imperialista, reflete o baixo desenvolvimento de frente única sindical. O reformismo se dirige a constituir “frentes amplas”, conceito que substitui as “frentes populares”, concebidas pelo velho estalinismo. São frentes democratizantes, motivadas pelas divisões interburguesas e pelas disputas eleitorais. A estratégia de tais frentes é burguesa. Eis por que as necessidades dos explorados e suas reivindicações, obrigatoriamente, ficam à margem, e não servem de ponto de partida para a ação direta e organização independente, diante das forças políticas da ordem capitalista. A bandeira de “Fora Bolsonaro e Impeachment” expôs, sem atenuante, o seu caráter estratégico burguês. A frente montada pelas centrais e partidos oposicionistas de esquerda em torno à “Campanha Nacional pelo Fora Bolsonaro” é uma variante da frente ampla burguesa. Pôde, assim, derivar-se em uma frente voltada às eleições presidenciais, sob o comando do PT e de Lula. Frente essa que ainda está em gestação, uma vez que implica acomodação de interesses eleitorais. A aproximação de Lula com Geraldo Alckmin

corresponde à estratégia de “Fora Bolsonaro”, não mais para realizar manifestações populares, mas para armar o campo eleitoral capaz de vencer Bolsonaro, e constituir um outro governo burguês. A consigna de “governo democrático e popular” teve de ser abandonada pelo PT e aliados, uma vez que a experiência comprovou que se tratava de um governo burguês pretensamente reformista. A consigna de “Governo dos Trabalhadores” não passa de grosseira impostura, de correntes de esquerda que se sujeitam à estratégia burguesa do reformismo. O governo ultradireitista de Bolsonaro está esgotado. Prepara-se para arrastar setores da classe média e camadas empobrecidas da população. Um candidato da terceira via não se firmou. Moro e Doria movimentam-se neste sentido. Logo mais, as frentes eleitorais tomarão formas concretas. De conjunto, estarão voltadas a canalizar as tendências de luta dos explorados a promessas de um futuro melhor. É nesse terreno que a vanguarda com consciência de classe combaterá pelo programa, estratégia e tática revolucionárias, próprios do proletariado.

20. A estratégia governamental dos explorados no Brasil é a do governo operário e camponês. Jamais pode ser substituída por variantes reformistas e oportunistas, de governo democrático e popular, governo popular e governo dos trabalhadores. A ilusão de que é possível constituir um governo dos explorados por meio de eleições levanta barreiras à tarefa histórica de conquistar a independência política, ideológica e organizativa do proletariado. A experiência com a bandeira do Fora Bolsonaro e Impeachment revela os desvios revisionistas das esquerdas que se reivindicam do socialismo. Querendo ou não, serviram de auxiliares ideológicos à preparação antecipada do terreno eleitoral. O PT reformista e a força popular do caudilho Lula condicionaram todas as correntes que se abrigaram sob a estratégia burguesa do Fora Bolsonaro. Sem a estratégia da revolução proletária e do governo operário e camponês, não é possível evidenciar para as massas que a polarização eleitoral em curso concluirá em um governo, que se adaptará ao curso da crise econômica, atendendo

aos interesses da burguesia interna e do imperialismo. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de dar continuidade à defesa de um programa próprio de reivindicações, e ao desenvolvimento da tática da frente única sindical e da frente única anti-imperialista.

Resolução sobre a opressão racial na pandemia

1. A burguesia e seu Estado, ao se mostrarem incapazes de proteger os explorados, acabaram por descarregar a crise econômica, agravada pela Pandemia, sobre as massas negras, que constituem a maior parte da maioria oprimida;
2. Sob a Pandemia se evidenciou, ainda mais, a histórica opressão racial, que a burguesia não foi capaz de solucionar, apesar do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas;
3. O agravamento do flagelo das massas negras pôs à luz do dia as bases econômicas e de classe da velha opressão racial, que muda de forma, mas preserva o seu conteúdo;
4. A classe operária, marcadamente formada de operários negros, foi amplamente atingida, sem que pudesse reagir com seu programa próprio, que obrigatoriamente contém as reivindicações dos negros, e o objetivo de destruir definitivamente o racismo;
5. Os bairros empobrecidos, as favelas e os cortiços serviram de meio de transmissão e propagação da Pandemia. São habitados, principalmente, por homens e mulheres negros, que convivem diariamente com a miséria e a fome. Somente a classe operária organizada poderia responder,

- de conjunto, à trágica situação que se abateu sobre a maioria oprimida e, em particular, as massas negras;
6. A política burguesa do isolamento social ocultou a incapacidade e o desinteresse dos exploradores, em lançarem todos os meios disponíveis do capitalismo para combater a Pandemia, começando pela proteção dos mais pobres e miseráveis. O que implicava medidas excepcionais e de urgência, voltadas à proteção das massas negras;
 7. Os sindicatos e movimentos se recolheram, quando os explorados, em geral, e as massas negras, em particular, mais precisavam de uma resposta própria. Assim o fizeram, acatando a política burguesa do isolamento social, e colaborando com a aplicação do plano de emergência dos governantes que se voltava, primordialmente, à proteção dos interesses dos capitalistas;
 8. A onda de fechamento de fábricas, demissões, redução salarial e impulso ao subemprego atingiu frontalmente os negros, que já vinham arcando com as nefastas consequências sociais da recessão e do baixo crescimento econômico do país;
 9. Em plena pandemia, a polícia realizou chacinas em favelas, atingindo mais duramente a juventude negra. Com a Pandemia, avançou a desintegração econômica e social do capitalismo no Brasil, de forma que se agravaram as condições das massas negras que convivem com a histórica discriminação racial;
 10. As inúmeras organizações do movimento negro, que se reivindicam do fim do racismo, seguiram a posição das direções sindicais e políticas, que passaram a colaborar com os governantes, que se utilizavam da política burguesa do isolamento social e da campanha ideológica, voltada a aterrorizar as massas, que se viam desprotegidas diante da contaminação mortal, e não contavam com uma direção classista para enfrentar a inércia social, e organizar e generalizar as lutas, que foram surgindo, a despeito do pavor causado pela Pandemia e pela campanha burguesa do “fique em casa”. Serviram de auxiliares à posição reacionária das direções em transformar o medo em política de colaboração de classes;

11. A revolta dos negros, nos Estados Unidos, no final de maio de 2020, em resposta ao assassinato de George Floyd, indicou o caminho a ser seguido. Dada a sua repercussão internacional, estabeleceu um marco, contraposto à política burguesa do isolamento social e à passividade da burocracia sindical. As direções do movimento negro sequer puderam aproveitar esse acontecimento, uma vez que vinham trabalhando contra as mobilizações de rua;
12. O predomínio da política de colaboração de classes, as traições à luta de resistência contra as demissões e o fechamento de fábricas acabaram por refletir na “Campanha Nacional Fora Bolsonaro e Impeachment”. A quebra parcial da passividade das direções, que convocaram o ato de 29 de maio, não foi para organizar um movimento em defesa das necessidades vitais dos explorados e contra a miséria e fome. De maneira que não teve como expressar as reivindicações das massas negras;
13. As organizações do movimento negro se mantiveram submetidas à estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Estratégia essa que teve como continuidade o esvaziamento das manifestações e o redirecionamento para a disputa eleitoral. A indisposição e incapacidade das direções do movimento negro, de romperem com as manobras políticas do PT e aliados expressam a sua profunda subordinação ao reformismo pequeno-burguês, que se propõe a resolver a histórica opressão racial;
14. Sobre a base dessa experiência, trata-se de trabalhar no seio das massas negras exploradas com o programa da revolução proletária, que tem por objetivo acabar com a sociedade de classes, erguendo a sociedade socialista, e assim eliminar todas as formas de opressão, entre elas, a racial. No ponto de partida da luta, estão as reivindicações econômicas de trabalho igual, salário igual, fim das discriminações na contratação de mão-de-obra, e medidas emergenciais de enfrentamento ao problema da moradia, saúde, miséria e fome; e as reivindicações de direitos democráticos, de combate à violência policial e a discriminação judicial;

15. Trata-se de lutar, no interior dos sindicatos e movimentos, para que o proletariado responda organizadamente à opressão racial, elevando a consciência de que é um reflexo da opressão de classe. Os trabalhadores pretos e brancos devem se unir, em defesa do fim de todas as formas de discriminação racial. Essa unidade se alcança lutando sob o mesmo programa e a estratégia revolucionária do proletariado. Nesse sentido, está colocada a tarefa de superar a deformação pequeno-burguesa e burguesa, de que a luta contra a discriminação é específica, e que não corresponde à luta de classes do proletariado contra a exploração capitalista;
16. A militância do movimento negro tem o dever de se colocar pela construção do partido revolucionário do proletariado. Sem o partido que encarne o programa da revolução e do internacionalismo proletário, não há como avançar no terreno da luta contra a discriminação racial e no objetivo da completa igualdade entre os seres humanos, que será alcançada na sociedade comunista.

Resolução sobre o avanço do agronegócio em Rondônia

1. O agronegócio vem ganhando grandes proporções na Região Norte. O desmatamento da Amazônia é parte dessa ofensiva das empresas de produção de grãos e criação de gado. Denúncias do avanço do desmatamento e das queimadas são cotidianas na tríplice divisa entre o Acre, Amazonas e Rondônia. Isso porque nesse local está sendo implantado o Projeto Amacro, pelo governo Bolsonaro, com apoio dos governadores do Acre, Gladson Camell (PP), e de Rondônia (coronel Marcos Rocha / PSL). Esse projeto dá continuidade à expansão das fronteiras agrícolas, à custa da destruição da floresta, expulsão dos camponeses pobres e ribeirinhos e grilagem de terras públicas;
2. O projeto Amacro segue o modelo do Matopiba. Nas fronteiras entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que já vinham sendo devastadas há algumas décadas pelas empresas de agronegócio, no governo do PT, Dilma Rousseff, foi criada a “Agência de Desenvolvimento do Matopiba”, que tinha o propósito de coordenar a expansão do agronegócio, e amenizar os conflitos de terra. Esses dois exemplos mostram o quanto os governos, sejam de direita ou de esquerda, estão submetidos ao poder do agronegócio, que impõe leis, a exemplo do Código Florestal, e não

- acata a legislação de proteção ambiental e de reservas de terras indígenas, aprovada pelos próprios representantes da burguesia no Congresso Nacional;
3. A imposição do Projeto Amacro, assim, se dá sobre um brutal desmatamento, queimadas, invasão de terras públicas e ataque às populações indígenas e camponeses pobres, com total impunidade dos governantes. A Força Nacional, polícias e pistoleiros, a mando de latifundiários e madeireiras, atuam na região no combate à resistência, oriunda de indígenas, camponeses, ribeirinhos e quilombolas. As consequências são o crescimento de assassinatos, prisões e ameaças às lideranças dos movimentos;
 4. Os camponeses pobres, que ocupam a terra por meio de lutas organizadas (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, a Liga dos Camponeses Pobres – LCP, e a Comissão Pastoral da Terra – CPT) vivem diariamente as ameaças de invasão, destruição de suas plantações e casas, expulsão, prisões e assassinatos. O mesmo se passa nas terras indígenas. No entanto, não há uma política de unidade dos movimentos com as organizações sindicais, para enfrentar tamanha violência do Estado. A resistência continua corporativa, quando não limitada a um determinado local, enquanto as forças da reação estão cada vez mais coesas e centralizadas pelo Estado policial;
 5. No Brasil, os movimentos camponês, indígena e quilombola se encontram apartados da classe operária. Isso se deve à política das direções sindicais e camponesas, que rejeitam a aliança operária e camponesa, ou a usam apenas como palavreado. Aliança essa que implica a defesa do programa revolucionário, que, nos países semi-coloniais, como o Brasil, tem de resolver as tarefas democráticas pendentes, entre elas, o problema de milhões de camponeses sem terra. Somente com a expropriação dos latifundiários, do agronegócio e a nacionalização das terras, é possível conter o avanço anárquico e destrutivo sobre a região amazônica;
 6. Diante da crise econômica mundial, o grande capital vem potenciando o agronegócio. A produção de grãos, em

particular da soja, e criação de gado, forçam os governos a ampliarem as fronteiras agrícolas, avançando sobre áreas de preservação ambiental, de reservas indígenas e locais de produção camponesa de sobrevivência, como são as áreas ocupadas pelos camponeses sem terra. O que se passa no corredor Acre, Rondônia e Amazônia é parte dessa ação de empresas e latifundiários para fins de produção de commodities. Para materializá-la, é necessário desmatar, queimar, expulsar moradores. Para isso, tem de contar com o Estado policial, que inclui o poder judiciário;

7. O imperialismo tem aumentado as pressões para que o controle da Amazônia esteja sob suas diretrizes. Age sob a máscara da contenção dos desequilíbrios ecológicos. Na realidade, ocorre uma disputa em torno às suas potencialidades extrativas e agrícolas. São muito bem conhecidas as riquezas minerais da região amazônica. Há muito as potências vêm implantando ONGs que carregam a bandeira de defesa ecológica e dos indígenas, principalmente. A luta em defesa da Amazônia contra a penetração anárquica das forças capitalistas e dos milhões de oprimidos não apenas não se confunde com os objetivos das potências imperialistas como se opõe a eles. A Amazônia é um problema da classe operária e da maioria oprimida. Somente assim se potencializará a resistência do movimento camponês e indígena contra os interesses de latifundiários, mineradoras, madeireiras e agentes do agronegócio.
8. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é trabalhar para que as organizações de luta dos trabalhadores estejam a serviço da defesa dos oprimidos do campo e da cidade. O que significa combater a política de suas direções reformistas, que conduzem os movimentos para as disputas eleitorais, como a que estamos presenciando hoje. Não será com a substituição de um governo burguês por outro, trocando os direitistas Bolsonaro, Camell e Rocha, que combateremos a ação violenta da burguesia agrária, madeireiras e mineradoras. Será fortalecendo os métodos da luta de classes, para pôr abaixo o capitalismo e erguer o socialismo.

Manifesto do XVI Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR)

12 e 13 de fevereiro de 2022

O Partido Operário Revolucionário realizou o seu XVI Congresso em meio a um salto na crise mundial. A possibilidade de uma guerra entre Estados Unidos e a Rússia expressa um confronto militar que se compara apenas com a crise dos mísseis em 1962, na qual o pequeno e pobre país caribenho se transformou no epicentro da “Guerra Fria”. Em fins dos anos de 1950, triunfou a revolução anti-imperialista e socialista na Ilha, localizada geograficamente nas proximidades dos Estados Unidos. A fracassada tentativa de invasão de Cuba pelas forças contrarrevolucionárias, adestradas e orientadas pelo governo norte-americano, acabou por intensificar a campanha da “Guerra Fria”, voltada estrategicamente contra a União Soviética. A decisão de Moscou de instalar mísseis em Cuba teve como resposta de Washington a ameaça de uma guerra nuclear, em nome de sua segurança e do enfrentamento ao comunismo. O confronto se desfez com o recuo de Moscou.

Passaram-se sessenta anos, e renasce o perigo de uma conflagração, agora na Europa, entre Estados Unidos e Rússia. A Ucrânia, no momento, ocupa o lugar de epicentro da

escalada bélica. À diferença de 1962, o imperialismo norte-americano e seus aliados europeus não têm como recorrer à justificativa de proteção à sua segurança e ao espantinho do comunismo. A União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), edificada sobre os alicerces da revolução proletária de Outubro de 1917, já não existe - foi dissolvida em 1991 - e Cuba, passo a passo, avança no sentido da restauração capitalista. Em geral, prevalece o curso da restauração contrarrevolucionária, que corresponde às necessidades e aos interesses do imperialismo, e, em particular, aos da potência hegemônica, os Estados Unidos.

O governo de Putin decidiu deslocar tropas e equipamentos de guerra, como tentativa de conter o cerco militar à Rússia, promovido pelos Estados Unidos, por meio da OTAN. Cerco esse que se iniciou com a quebra de ex-repúblicas populares do Leste Europeu, e com o desmoronamento da URSS. A derrubada do governo pró-Moscú, na Ucrânia, em 2014, e a constituição de um governo pró-União Europeia (UE) puseram à luz do dia a ofensiva dos EUA, em direção a um cerco econômico e militar mais concatenado e cerrado. A anexação da Criméia pela Rússia e a sua intervenção na guerra civil separatista em Donbass foram medidas de contenção do avanço das forças pró-UE, que se expressam militarmente por meio da OTAN. Em particular, a necessidade imperiosa da Rússia, de manter o domínio da Criméia, respondeu aos cálculos de que a crise política e militar estava apenas começando.

A instituição de um governo fantoche pró-UE na Ucrânia somente foi possível, devido ao cerco montado desde a Polônia, e ao apoio do imperialismo, de toda natureza, ao movimento pela derrubada do governo fantoche pró-Rússia. A Ucrânia se tornou um peão no choque entre as potências mundiais e a potência regional. O que está em jogo não é nenhuma das conquistas históricas da Revolução Russa, que possibilitaram a autodeterminação da Ucrânia e a sua livre integração na constituição da URSS. O que está em jogo é o império da necessidade dos EUA e aliados de expandirem livremente os seus negócios e capitais.

A crise de superprodução e o gigantesco acúmulo de capital financeiro vêm solapando a economia interna dos EUA, da

Europa e do Japão. A projeção mundial da China, e o controle regional de parte da Europa e da Ásia pela Rússia, passaram a ser um poderoso obstáculo ao capital financeiro e aos monopólios. Suas economias devem se sujeitar às diretrizes do imperialismo, diante da crise econômico-financeira, que vem se potenciando, desde a debacle mundial em 2008-2009.

A restauração capitalista na China e Rússia, impulsionada desde as décadas de 1970 e 1980, e acelerada com a derrocada da URSS, deve dar lugar à quebra da independência nacional de ambos países, conquistada pelas revoluções proletárias. Eis por que a guerra comercial vem acompanhada da escalada bélica e do intervencionismo militarista. Os interesses da indústria bélica são uma potente força econômica parasitária, voltada à escalada militar, ao recrudescimento do intervencionismo e às guerras.

Toda a campanha ideológica do imperialismo de que, após o fim da URSS, se estabeleceria a paz mundial e se superaria a “Guerra Fria”, nunca teve base real. O avanço do processo de restauração capitalista não resultou em nenhum tipo de solução para as contradições entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção, bem como entre elas e as fronteiras nacionais, edificadas pela nova partilha do mundo, resultante da Segunda Guerra Mundial. É bom lembrar a guerra nos Balcãs, que desintegrou a República Popular da Iugoslávia, sob bombardeios da OTAN. A cada reconquista do imperialismo, varrendo as repúblicas populares, nascidas no ventre da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e aliados reorganizavam as Forças Armadas à sua imagem e semelhança, e instalavam suas bases militares. Foram se reinstalando governos burgueses serviçais, aumentando a ofensiva contra as conquistas do proletariado e pressionando o processo de restauração na Rússia e China.

Está claro que o imperialismo recuperou, em grande parte, o terreno perdido, combinando os meios econômicos com os militares. Não tinha como erradicar abruptamente os feitos das revoluções. O que exigiria uma guerra devastadora contra a Rússia e a China. Conquistaram-se as ex-repúblicas populares do Leste Europeu e parte das ex-repúblicas soviéticas.

Penetrou fundo na China com seus capitais. E reintegrou a Rússia na ordem mundial capitalista, reduzindo seus poderes regionais. Com a destruição da URSS, o imperialismo pôde avançar em seu objetivo de reorganizar as relações mundiais do pós-guerra. Esse processo contraditório e conflituoso esbarrou na emergência da crise global, iniciada em 2007-2008, tendo como epicentro os Estados Unidos. A manifestação da potente crise econômica nas entranhas do carro chefe da economia mundial e o esgotamento das relações no seio da UE expuseram a nova etapa da desintegração do capitalismo e da expansão da barbárie social.

Assistimos - em plena pandemia, que matou mais de seis milhões de pessoas - o recrudescimento da guerra comercial e a escalada militar do imperialismo, voltadas, estrategicamente, contra a Rússia e a China. O episódio do acordo militar dos Estados Unidos com a Austrália de venda e compra de submarinos nucleares, passando por cima da França, e visando à China, ocorreu concomitantemente com o deslocamento de tropas russas para a fronteira da Ucrânia. O clima beligerante, que tem envolvido a guerra comercial, indica que o mundo está diante dos perigos de uma grande conflagração mundial. Mesmo que os Estados Unidos e Rússia, mediados pelas potências europeias, cheguem a um acordo de arrefecimento, os fatores objetivos da crise militar permanecerão.

O imperialismo necessita que a Rússia e a China se curvem, rompendo os diques que ainda seguram as bases da economia estatizada - que teve origem na expropriação da burguesia e dos latifundiários - e rompendo a centralização estatal do funcionamento econômico do país. É incompatível com a hegemonia norte-americana que a Rússia intervenha militarmente em outros países, como fez na Síria. E que a China continue a expandir seus negócios, concorrendo com o capital multinacional, e procurando manter sua ascendência sobre Taiwan e Hong Kong. Já não é possível aos Estados Unidos conviverem com a política e diretrizes econômicas de capitalismo de Estado. Essa independência, que não é admitida a nenhum dos países semicoloniais, está em choque com as enormes dificuldades dos Estados Unidos em sustentar o patamar do poder mundial alcançado no pós-guerra. Outros

fatores pesam na balança do crescente desequilíbrio das forças econômicas, como a estagnação das potências europeias e do Japão.

O imperialismo norte-americano não deu um salto maior no enfrentamento à Rússia, porque a burguesia europeia sabe que os impactos econômicos serão grandes, e que, sobretudo, as massas poderão se ressentir e se rebelar. Uma guerra fatalmente leva ao acirramento da luta de classes. É nesse ponto que se encontra o maior dos problemas.

O proletariado mundial padece da crise de direção. A degeneração do poder soviético - da ditadura de classe do proletariado -, sob a orientação de Stalin, auxiliou o imperialismo, na tarefa de liquidar a III Internacional, e de destruir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). É nessas condições que se instalou e prosperou, no âmago da revolução proletária, a contrarrevolução restauracionista. A degeneração do partido bolchevique pelo revisionismo estalinista e a dissolução da III Internacional conduziram à crise mundial de direção exposta no Programa de Transição da IV Internacional. A tarefa de superá-la corresponde a um processo histórico que, tudo indica, terá de percorrer um longo caminho, se tomarmos como referência a profunda separação dos instintos revolucionários do proletariado do marxismo, do programa da revolução social, ocorrida sob as mais diversas formas de traição de suas direções. No entanto, a proximidade de uma possível guerra entre Estados Unidos e Rússia, diante do empobrecimento generalizado dos explorados, de avanço da miséria e da fome, certamente, poderá potencializar ainda mais a luta de classes e a necessidade de se constituírem os partidos marxista-leninista-trotskistas. O Programa de Transição, os documentos da IV Internacional e os da Oposição de Esquerda devem ser encarnados e aplicados pela vanguarda com consciência de classe, nas condições objetivas da desintegração do capitalismo. Não há outro programa e outro caminho na luta contra a barbárie a não ser o do comunismo, da sociedade sem classes.

O Brasil também se encontra mergulhado em uma profunda crise econômica, recrudescida por dois anos de pandemia. As direções políticas e sindicais, sem exceção, traíram os ex-

plorados, submetendo-os à política burguesa do isolamento social. Agora, apresentam como saída a troca de um governo burguês por outro, por meio de eleições. O POR tem lutado pela independência de classe do proletariado e dos demais oprimidos, empunhando o programa de reivindicações próprio das massas oprimidas, e a estratégia da constituição de um governo operário e camponês, por meio da revolução e ditadura proletárias.

O XVI Congresso confirmou o acerto dessa linha, e estabeleceu as bases políticas para o desenvolvimento da luta do próximo período. A tarefa de se construir no seio do proletariado é parte da luta pela construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. E concluiu com a convicção e orientação geral de que a crise mundial tende a se agravar, com o enfrentamento dos Estados Unidos com a Rússia e China. As Declarações do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) sobre o conflito entre Estados Unidos e Rússia na Ucrânia se orientam pelo programa internacionalista. O Congresso considera de máxima importância o desenvolvimento de uma campanha nacional centralizada pelo CERQUI.

Lutemos contra a guerra promovida pelo imperialismo opressor e saqueador das nações oprimidas com o programa e a orientação do internacionalismo proletário!

Trabalhem no Brasil para organizar o proletariado no seu campo de independência de classe.

Trabalhadores do mundo todo, nos unamos em um movimento internacionalista para interromper a escalada da guerra, derrotar o imperialismo por meio da luta de classes, arrancar a oligarquia restauracionista do poder e recuperar o poder proletário soviético!

Todo empenho na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



www.pormassas.org / [facebook - massas.por](https://www.facebook.com/massas.por)

